

populares, ela fará seu aprendizado político. Da nossa parte falta-nos coragem e audácia cristã., para criar estes espaços.

"O cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, incluindo a dimensão política"

Diante de todos estes elementos que querem ser uma contribuição para que a ação evangelizadora com os jovens seja cada vez mais transformadora, fica claro que trabalhar a CF junto à juventude pressupõe uma compreensão ampliada de conscientização. Não podemos em nenhum momento falar de

política sem ter presente a questão da cidadania. Todos os espaços que temos na pastoral, no que diz respeito à formação e construção da cidadania, devem contribuir para que os jovens sejam sujeitos e protagonistas nesta ação. Do contrário, estaremos dando continuidade ao processo de dominação que aí está.

NOTAS

¹ Cf Conclusões de Puebla, n. 1196

² Cf CNBB, Estudos 44, número 55

³ Participação essa, geralmente progressiva: de espectador a personagem atuante

⁴ A totalidade do resultado desta pesquisa, o método utilizado e outras informações se encontram à disposição na secretaria da PJ da Diocese de Rio do Sul (telefone 047/ 822 1571 e 821 0315)

⁵ E. SADER, *A grande fábrica do consenso*, Tempo e Presença, ano 17, número 281, Koinomia, RJ, 1995, p. 18

⁶ Id., ibidem

⁷ Id., ibid., p 19

⁸ Conclusões de Santo Domingo, n. 233

⁹ *Ética, Pessoa e Sociedade* - Doc. 50 da CNBB, p. 87

¹⁰ Texto-base CF 1996, n. 13

¹¹ Cf A. DE FRANCO, *Qual a contribuição dos cristãos à política e à cidadania*, SEDOC, mar/abr 1994, vol 26, n 243, pg. 633

¹² Conclusões de Puebla, n. 515

¹³ Em algumas dioceses são organizados vários seminários e encontros sobre o tema da política. A realização do "Grito dos Excluídos" tem despertado muitas iniciativas no sentido de cada vez mais envolver as comunidades e a juventude na discussão dos problemas e projetos políticos.

Endereço do Autor:

Endereço do Autor:

Caixa Postal 306

89160-000 RIO DO SUL, SC

Fraternidade e Política

Política Neoliberal e Sacrificialismo

Gilberto Tomazi

Aluno do 4o. ano de Teologia

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-ESTRUTURAIS NECESSÁRIOS PARA UMA COMPREENSÃO DA CONJUNTURA ATUAL

Minha análise parte de uma crítica sociológica ao atual processo de globalização neoliberal, que confia nos mecanismos ou leis do mercado (mediante a concorrência, a eficácia e o lucro), como meios mais seguros e aprovados de 'governar' a sociedade. De um lado, esse processo tenta passar ideologicamente a idéia de que o mercado, em seu processo de solidificação e desenvolvimento, gerará o bem comum a todos, como obra de uma "mão invisível" prodigiosa, que precisa, para isso, vencer todo tipo de opositores e intervencionismos estatais, considerados culpados pelas deficiências existentes

no modelo de sociedade vigente. Por outro lado, a crença ou ideologia de que o mundo possível é o mundo existente - e que outro mundo ou outro modelo de sociedade é arcaico e impossível ou superado - essa ideologia é enfocada, cada vez com maior ênfase, pelas leis do mercado.

Tentar-se-á neste artigo aprofundar duas questões de fundamental importância para o entendimento da conjuntura atual. A primeira é "a incômoda questão sobre a feiúra da situação mundial"¹. A segunda baseia-se num grande questionamento que urge nos últimos anos em relação ao modo de produção capitalista, extraído de Ronaldo RANGEL, e ainda não respondido pela maioria dos cientistas sociais: "Vivenciamos a destruição ou o fortalecimento do capitalismo?"². A seguir procurarei apresentar a realidade nacional dos últimos anos, e ainda pontualizar algumas reflexões alternativas de negação e superação do projeto neoliberal, que busca organizar a sociedade em função do Mercado e

dos interesses privados e empresariais, em detrimento das grandes massas populares.

Em defesa da racionalidade econômica neoliberal, sérias pesquisas não são patrocinadas, nem incentivadas; grandes homens e projetos de transformação social são lançados ao fogo "eterno" - pelas instituições neoliberais - como diabólicos, como culpados pelos males que subsistem neste mundo. De um lado, os que se rebelam com a assim chamada 'democracia-ditatorial' ou totalitarismo do mercado, são comparados aos "anjos que se rebelaram contra o Deus da Criação e por isso, se tornaram demônios". Por outro lado, os verdadeiros "opressores se sentem benfeitores da humanidade"². "Os lobos, vestidos de ovelha" e as ovelhas sendo projetadas como lobos. Segundo o neoliberalismo, que está se aplaudindo como "fim da história", todo tipo de 'rebeldia' ou 'esquerda' está definitivamente superado desde a queda do muro de Berlim, a queda do assim chamado "socialismo real". Não é possível a defesa do modelo estalinista de socialismo para o mundo atual, porém é inegável que "a crise do socialismo debilita ainda mais o terceiro mundo, pois este fica ainda mais abandonado e isolado. O Norte fecha-se em si mesmo, propondo, como única possibilidade de desenvolvimento para os países do terceiro mundo, a submissão compulsória ao mercado mundial"⁴.

A mudança em curso não é conjuntural, mas, sim, é uma mudança histórica no modo de produção capitalista, do qual ainda é cedo para se tirar conclusões dogmáticas ou absolutas, porém nunca é cedo para nos conscientizar da amplitude e abrangência do problema, que tem sido freqüentemente resumido, ou abordado, pelas noções de mundialização ou de globalização. A aceleração da globalização é real: os investimentos diretos no estrangeiro crescem mais rápido que os investimentos dentro de um mesmo país; a interpenetração e fusão de capitais geram oligopólios cujas relações com os Estados de origem se afrouxam; o comércio mundial situa-se à frente no sentido da acumulação acelerada em relação aos mercados internos. Analisando o mercado de trabalho ou a distribuição de renda, como fatores integrantes no processo de globalização, concluir-se-á de imediato que globalização é uma terminologia ideológica, pois os trabalhadores dos países ricos têm um salário médio de US\$ 18 por hora, contra a média de US\$ 1,5 para os trabalhadores dos países pobres⁵. Por exemplo, um trabalhador da Volks recebe no Brasil a proporção de 1/10 salários em relação a alguém que faça o mesmo trabalho na Alemanha.

Uma das primeiras consequências da globalização neoliberal reside na desarticulação das esferas econômica e política. A concorrência e a desregulamentação internacional produzem voluntariamente fraturas entre a lógica econômica e a soberania política. Vai sendo minimizado o poder de uma nação, especialmente as endividadas, em gerir e administrar, de forma autônoma ou soberana, sua organização social. As desigualdades sociais se aprofundam como uma conclusão de olimpíada: não pode haver empate, mas sim poucos ganhadores e muitos perdedores, tanto a nível nacional como também em escala mundial. Com as privatizações ou com o reforço dos poderes econômicos privados intensifica-se o debilitamento do Estado, as instituições

estatais perdem sua legitimidade, o Estado "redistributivo e do bem-estar" entra em crise. Porém, não se pode negar que, mesmo com certas conquistas populares no campo da democracia, os Estados existentes são, desde a revolução francesa, preponderantemente um instrumento de dominação da sociedade nas mãos da burguesia. "De 1966 a 1987 a participação total das exportações dos países do sul caiu de 23 para 15%. O desmoroamento das elites locais, incapazes de se homogeneizarem e de se estabilizarem em torno de um projeto nacional viável, acentua a corrupção galopante, a redistribuição clientelista de benefícios e o narcotráfico; enfim a violência social e política torna-se generalizada. A divisão da burguesia torna claro as contradições entre um capital diretamente mundializado, um capital ainda protegido por suas instituições nacionais (intervencionismo Estatal) e a União Européia que tenta uma via intermediária"⁶. Surgem ainda novos vetores tecnológicos que criam um capitalismo poupador de mão de obra, aumentando assim as "massas humanas descartáveis"⁷.

Está acontecendo um predomínio absurdo do capital financeiro especulativo sobre o produtivo (que é apenas 7 a 9% do capital total). Em certos dias, aproximadamente 1,8 bilhões de dólares mudam de titularidade nas 4 maiores bolsas do mundo, onde apenas 5% tem a ver diretamente com a circulação de bens e serviços⁸. O setor financeiro é o que, nos últimos anos, tomou a dianteira na globalização dos capitais. Este setor não tem como base o desenvolvimento das forças produtivas. Trilhões de dólares circulam rapida-

mente, pelo mundo afora, em busca acelerada de lucros cada vez mais fáceis, sem gerar emprego ou produção. A miséria generalizada anda junto com a concentração acelerada do capital. Hoje, "na América Latina e África, 50 a 80% da população - conforme o país - não estão incluídos" nos programas do mercado, pelo fato de não serem grandes consumidores⁹. Consequentemente, são

sacrificados 'legalmente', conforme determinam as leis do Mercado. "Para o ano 2010, as grandes corporações transnacionais trabalham a partir de um planejamento de inclusão de apenas 700 a um bilhão de consumidores potenciais, com aplicável poder aquisitivo", dentre os (aproximadamente) 7,5 bilhões que previsivelmente existirão"¹⁰. O número dos "desinteressantes" e descartáveis é cada vez mais assustador. A propaganda do desprezo como "não gente" ao não consumidor, é grandemente ampliada recentemente. A pessoa só 'é' na medida em que consome¹¹. Legitimam-se assim - como exemplo - as recentes chacinas de crianças de rua, o massacre de Corumbiara, assassinatos generalizados, mortes de detentos, entre outros acontecimentos cruéis, que vêm ocorrendo no Brasil e em diferentes partes do mundo. Somente na Grande São Paulo a polícia registrou 37 chacinas, com aproximadamente 120 mortos, neste ano¹². (Cf. Jornal ATENÇÃO, outubro de 1995, ed. de lançamento). O extermínio dessa grande massa da população, especialmente do terceiro mundo, é considerado normal e necessário para um 'bom neoliberalismo', pois nessa ótica são vistos como inúteis, desnecessários a um 'sadio' desenvolvimento econômico, ou então como um incômodo, uma ameaça, uma perturbação à ordem vigente. São considerados os

*"A crise do
socialismo debilita
ainda mais o
terceiro mundo"*

"verdadeiros culpados pelas deficiências existentes nas estruturas sociais", pois o Estado, ao investir neles, (especialmente em idosos, doentes e miseráveis), estaria atrasando o crescimento de um país.

Nas últimas décadas, o FMI entrou em "missões recolonizadoras" do terceiro mundo. Seus dogmas parecem teoricamente bondosos, mas são logo arbitrariamente impostos em cada país da mesma maneira. Aparece como um deus que quer combater radicalmente a inflação, mas na realidade seus interesses e exigências são basicamente **dols**: "diminuir os gastos dos governos com velhos, pobres e doentes, e destruir a organização sindical", além de buscar abafar as organizações e Movimentos sociais populares conjuntamente com a Igreja da Libertação, a cultura marxista e outros segmentos voltados à libertação na América do Sul¹³. Tal projeto tem como consequências a destruição do homem e da natureza. "Por isso arrastam atrás de si uma pegada de sangue. Sangue do pobre que convertem em dinheiro, que é o sangue de sua economia, o sangue do Leviatã. O som do dólar converte-se num grito de terror"¹⁴.

As forças organizadas (Movimentos populares e sociais, partidos, sindicatos) foram, até certo ponto, enfraquecidas socialmente. Sofreram, especialmente na última década, derrotas significativas, tanto nos países ricos como também nos países pobres. Ocorreu uma fragmentação e atomização da consciência de classe e, com ela, uma crise de representatividade do movimento operário. Quando se fazia uma crítica mais direta ao poder, que era mais visível, a classe subalterna tinha maior facilidade de organização. A ruptura dos "compromissos nacionais", forjados no período de crescimento, e o debilitamento ou atomização dos movimentos de classe, forjaram expressões de pânico de identidade, um vazio existencial e, por isso, a busca mais intensificada de outras relações comunitárias (nacionais, étnicas,

culturais e religiosas).

As forças sociais e políticas moldadas pelo período precedente estão parcial e desigualmente desestruturadas pelos efeitos da crise, pelo próprio poder do mercado e da atual tendência dominante, além das ofensivas liberais e da reorganização dos aparelhos produtivos. Hoje vive-se um certo refluxo das lutas sociais anticapitalistas, resultado não só da queda dos

"A crise urbana chegou a tal ponto que somente com uma ampla reforma agrária poder-se-ia resolver parte dela."

regimes burocráticos estalinistas, ou do socialismo realmente existente e sua substituição por processos direcionados à restauração capitalista, mas também de um conjunto de outras mobilidades sociais como: um intenso processo de reorganização econômica e produtiva do capital, internacionalização das decisões políticas, transformação na divisão internacional do trabalho e nas relações entre os países (marginalizando de forma drástica o terceiro/quarto mundo),

nascimento de uma nova classe média com alta especialização técnica e certa participação nos lucros, falta de uma maior articulação internacional da força dos trabalhadores e/ou excluídos.

Os meios de comunicação de massa, altamente centralizados e autoritários, elaboraram nos últimos anos uma intensa campanha de perda de identidade cultural dos povos, das minorias, uma perda da memória nacional e uma busca de massificação no sentido de um

"Um capitalismo poupador de mão de obra, aumentando assim as 'massas humanas descartáveis' "

"pensamento universal ou único" para todo o mundo, negando-se assim a possibilidade da pluralidade de alternativas sociais e políticas globais. Nisso se expressa a tão pretendida deificação do mercado da competição e do individualismo.

Os países industrializados apresentam uma baixa significativa do trabalho industrial e um aumento dos serviços, um grande crescimento do desemprego permanente e das exclusões duráveis, um desmantelamento parcial das concentrações operárias, um agravante processo de marginalidade e pobreza absoluta em grande escala, sem esquecer da política de deterioração da situação das mulheres e dos jovens. Isso tem forçado a ascensão de um capitalismo cada vez mais dependente, que vem devastando países ou sociedades já urbanizadas e industrializadas (como a ex-URSS, a Europa do leste, etc).

Todos dizem: "É fácil ver os defeitos". E eu continuo: O problema é saber a que preço e quem paga a conta, tanto na questão econômica, como também social, política e cultural, dessa realidade de crescente onda de desemprego sem retorno próximo, catástrofes ecológicas, epidemias, exclusões diversas, analfabetismo. A crise urbana chegou a tal ponto que, somente com uma ampla reforma agrária poder-se-ia resolver parte dela. No Brasil, por exemplo, as expulsões ou deslocamento rural para as grandes cidades alcançam números alarmantes. Algumas estatísticas oficiais prevêem que, até o ano 2005, teríamos apenas 10% da população no campo, no qual sem dúvida dominariam os grandes latifúndios. Mesmo assim, os "profetas do capitalismo" continuam cantando a vitória.

Segundo H. ASSMANN¹⁵, "um mercado irrestrito poderia levar a um tipo de erosão fatal das potencialidades solidárias dos homens. É assustadora a perspectiva de sacrifícios sem limites exigidos pelo ídolo Capital". O protecionismo é elemento característico da organização dos blocos econômicos, embrião quase inevitável de futuros conflitos entre as nações, pois alimentam o racismo, a xenofobia e expressões fascistas em diferentes partes do mundo. As principais limitações inerentes e inseparáveis do atual modelo de desenvolvimento econômico neoliberal são: a acentuação do *Apartheid* ou, então, a dualização da sociedade (exacerbada distância entre pobres e ricos - tanto em termos de classes como países), a intensificação dos conflitos sociais/regionais, capital e trabalho se chocam ou antagonizam

com maior intensidade pela concentração cada vez mais crescente da renda e dos monopólios, e reduzido impacto da retomada econômica sobre o emprego.

A partir desta análise pode-se afirmar que o ponto de partida para as lideranças e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e/ou dos excluídos é, sem dúvida, reelaborar uma proposta que contemple uma ampla contestação da ordem estabelecida a partir dos paradigmas da democracia/cidadania e solidariedade, uma crítica radical ao truncamento dos direitos humanos, civis e sociais. Deve contemplar, inegavelmente, uma crítica à ditadura do mercado, às privatizações, inclusive do Estado, e afirmar o direito à vida (internacionalização de direitos sociais) começando pelo direito ao emprego e à garantia de renda mínima; distribuição da renda tendo em vista - como ponto de partida - as necessidades humanas fundamentais para uma vida com dignidade para todos. Faz-se necessário ainda lutar pela ampliação dos serviços públicos de saúde, moradia e educação, por uma ampla reforma agrícola e agrária, pela socialização das grandes empresas, pelo desarmamento generalizado, por uma proteção social e ecológica eficiente, além da suspensão ou bloqueamento da dívida dos países de terceiro mundo com relação aos de primeiro. Porém, poder-se-ia politicamente reconhecer que a verdadeira dívida externa é a que os países do primeiro mundo têm em relação aos países empobrecidos, devido a décadas, para não dizer centenas, de anos de transferência de riquezas, matéria prima e mão de obra escrava destes em vista do enriquecimento daqueles.

Com o título "Números que surpreendem o mundo", no Jornal "A Folha de São Paulo", 17/10/95, p.1-3, Jorge MARTINS FILHO descreve uma alarmante realidade: "Calcula-se que, para o atendimento das necessidades mundiais em saúde e nutrição, educação básica, saneamento básico e planejamento familiar, se necessite de recursos adicionais anuais de US\$ 34 bilhões. Considerando-se que, só com o consumo de cerveja, a população mundial gasta por ano US\$ 160 bilhões, e US\$ 400 bilhões com o consumo de cigarro, e US\$ 800 bilhões com investimentos militares, aquelas necessidades não são nada exorbitantes". O mesmo Jornal, ao falar de "Narcofinanças", p 1-2, informa: "Estima-se que os cartéis colombianos faturem anualmente cerca de US\$ 200 bilhões"... sendo, o Brasil, um dos centros mundiais de distribuição de droga. Vemos pois, que a "velha ordem" provinda desde antes da segunda guerra mundial, continua em ascensão, e pode ser definida como: injusta (desigualdades alarmantes, dependência e apartheid), violenta e instável.

Nada do acima exposto pode servir de pretexto para se esperar soluções mágicas, indiferença ou então levar à resignação, passividade e adaptação à ordem liberal de barbárie e loucura assassina estabelecida. Muito pelo contrário, precisamos aprender que o inimigo - o neoliberalismo - não é algo frágil ou arcaico, mas sim uma ameaça ativa e poderosa à possibilidade de vida das maiorias empobrecidas. Aprender também que não podemos negar ou encortinar nossos fracassos ou erros históricos, e entender ainda que nenhuma instituição estabelecida é imutável: o método de "parcerias" poderia ser, inicialmente, uma perspectiva eficaz de emancipação e conquista de cidadania por parte dos empobrecidos. Compreender ainda a importante pedagogia do não cansar-se jamais de repetir os mais autênticos princípios cristãos/revolucionários ou libertadores e, enfim, não

ter medo de se contrapor, com radicalidade, desde as instâncias micro-organizacionais, à corrente política hegemônica de nosso tempo.

2. O BRASIL DOS ÚLTIMOS ANOS

Ao longo de um século, o Brasil manteve taxas de crescimento econômico entre as mais elevadas em todo o mundo. Porém, apesar de sua riqueza natural, com a infraestrutura de que dispõe e inclusive com seu tamanho, o Brasil apresenta os piores indicadores sociais do planeta¹⁶. A identidade nacional, ou seja, o rosto do Brasil, tem sido construído a partir de fatores como: mortalidade infantil, desarticulação e ineficiência do sistema educacional, crescente índice de doenças endêmicas, sucateamento da estrutura econômica, científica e tecnológica já montada, miséria crescente, dívida externa e interna acentuadas, violência generalizada, dolarização e aviltamento da moeda, desorganização e/ou apropriação oligárquico-burguesa do Estado, faltando assim uma 'vontade política' eficaz na solução dos grandes problemas nacionais ligados à fome, à saúde, ao analfabetismo, ao transporte e ao lazer, entre outros.

No dia de sua posse no Congresso Nacional, o Presidente foi muito aplaudido quando afirmou: "Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria". Porém o que vemos é que o governo atual "não se empenhou na implementação de um plano coerente de ação que responda às necessidades e anseios populares. Limitou-se à prioridade, definida por ele, de administrar o Plano Real. Ao mesmo tempo, tem-se mostrado insensível à participação da sociedade, contrariando conquistas já efetivadas no período anterior. Acentua-se a degradação e o sucateamento da saúde, do saneamento básico e da segurança pública. No campo da educação, surgem propostas polêmicas que não enfrentam a situação calanitosa do ensino básico. Agrava-se a concentração de terra, impedindo a reforma agrária. Ausência de uma política agrícola diferenciada, que favoreça e não penalize milhares de pequenos agricultores. Percebe-se um descaso total na garantia dos direitos indígenas..."¹⁷

O liberalismo econômico, assumido por FHC, limita a capacidade de o Estado enfrentar de forma articulada o injusto e violento problema de exclusão social e indigência generalizada em que se encontra o Brasil. São 30 milhões de indigentes, entre 2/3 da população que vivem em situação de pobreza e portanto não estão contemplados ou incluídos nos programas neoliberais, como benefícios sociais, participação política, ou distribuição de renda. Neste governo há um aprofundamento do processo de concentração de renda nas mãos do grande Capital, registrado pela FSP, 28/07/95¹⁸, onde consta que, no biênio 86/87, os 20% mais ricos acu-

"Há um aprofundamento do processo de concentração de renda nas mãos do grande Capital"

mulavam 63% da renda nacional, e no biênio seguinte passaram a acumular 67.5% da renda. Isto significa, obviamente, um acelerado processo de empobrecimento da grande massa populacional do Brasil. A pesquisa feita em 71 países aponta para o Brasil como o pior do mundo em distribuição de renda, o primeiro em desigualdade social.

A proposta eleitoral de FHC baseou-se originariamente numa perspectiva social-democrata, onde a selvageria das diferenças sociais seria amenizada. Porém percebe-se que, na prática, o 'inferno' continua em processo de ascensão, tanto na base econômica como nos eixos político e ideológico. O nome que se quer dar a ele é o de 'céu', mas a grande massa dos 'crentes' já deixaram de acreditar nessas falácias burguesas. A realidade da fome não pode ser falseada por nenhum tipo de discurso. Nenhum sistema pode se considerar justo enquanto, nele, a fome existir. Promove-se a impotência, a marginalização e a culpabilidade do próprio excluído/trabalhador pela miserabilidade em que se encontra o país. Grandes projetos de direita, arcaicos, caudatários do preconceito e da desesperança, são viabilizados, assistindo-se assim a uma verdadeira contra-revolução política e, mesmo religiosa, em que certos movimentos, seitas pentecostais ou igrejas eletrônicas altamente alienantes são financiados, promovidos e incentivados.

As disparidades sociais e regionais não são minimizadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, nem pelas taxas positivas de crescimento econômico, como comprovaram México e Argentina na última década. Porém, teimosamente, o Brasil tenta imitá-los, acentuando assim o processo de dualização social, além de abrir espaços para

sérias manifestações de racismo e autoritarismo social e violência generalizada.

Na última década e meia, fomos imersos, no Brasil, em uma profunda crise: o colapso de um modelo econômico e político provindo desde 1930. A vitória de FHC, nas eleições de 1994, teve base numa aliança

"Uma radicalização na subordinação da vida social à lógica do Mercado e do lucro"

conservadora que retomou pontos centrais do projeto neoliberal, que assume um processo de abertura externa da economia, desregulamentação dos mercados e privatizações do setor estatal, atualizando-se a questão da crise do Estado e da sociedade nacional. Este governo propõe reformular o papel do Estado em termos que garantam uma maior sintonia da economia brasileira com a Nova 'ordem' econômica internacional, originária dos processos de globalização ou mundialização. FHC propõe uma mudança significativa da relação Estado/sociedade. A anterior regulação dos conflitos ou relações sociais pela intervenção do Estado é agora substituída pela subordinação dessas relações à regulação das forças cegas do Mercado. Com isso faz-se necessário que o Estado largue mão de seu papel de produtor de bens e serviços (obras infra-estruturais como transportes, rodovias, setor elétrico, portos...), para a entrada do capital privado,

levando, é claro, a uma radicalização na subordinação da vida social à lógica do Mercado e do lucro.

O desmonte do setor estatal também faz parte dessa lógica. Uma reforma conservadora do Estado está sendo realizada em aliança com amplos setores do empresariado nacional, do capital transnacional, das agências financeiras internacionais, do FMI, do Banco Mundial, e também dos governantes dos países desenvolvidos. Nas últimas duas décadas, boa parte dos países Latino Americanos introduziram esse mesmo modelo de reforma em seus diferentes países, esgotando-se assim a perspectiva anterior do modelo de desenvolvimento nacional, baseado na substituição de importações e no Estado intervencionista. Sem dúvida, a centralidade do Estado-Nação vem sendo extinta ao menos há duas décadas, pelo processo de globalização que o mundo vem experimentando. Este enfraquecimento é dado basicamente pelo fortalecimento das instâncias supranacionais de coordenação econômica que deram origem e solidez aos grandes blocos de integração regional, como o Nafta, União Européia, Os 'tigres asiáticos', recentemente o Mercosul, entre outros. Os três centros de determinação econômica mundial passam a ser os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, basicamente.

3. ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA A SUPERAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

A base teórica da superação dos dogmas neoliberais deve ter como ponto de partida a negação da visão que o considera como um processo natural, inevitável e automático. Deve rechaçar teorias fatalistas, que colocam nas mãos mágicas de um deus ilusório a realidade existente e a realidade possível, onde a fome, a miséria, a doença e outros problemas sociais são vistos como retribuição ou "castigo" de Deus ao pecado humano (seja ele desta geração, ou de outras passadas), ou ainda a tese propagandeada de que "propriedade privada, classes sociais, lucro, competição e miséria sempre existiram" e sempre existirão. Faz-se necessário também um abandono ou uma crítica radical da previsão de que só seria possível uma sociedade socialista após grande desenvolvimento das forças produtivas, da informática e da robótica.

A superação do neoliberalismo não acontecerá, se não levarmos em conta quatro aspectos profundamente essenciais, e que devem estar articulados, ao menos enquanto eixos da análise sócio-política e ética, na libertação dos oprimidos ou na transformação da sociedade.

a) OS VALORES: Qualquer sociedade que se pretende livre, deve afirmar o valor da igualdade de direitos e possibilidades de vida para todos, na autêntica pluralidade e diversidade, ressaltando o valor das diferentes culturas como necessidade sem a qual não é possível a cidadania, opondo-se, portanto à uniformidade e massificação cultural imposta pelo neoliberalismo imperialista nos últimos anos.

No aspecto da economia, não é possível abandonarmos, do velho Marx, a 'máxima' comunista: "De cada um segundo suas capacidades (seu trabalho), e a cada um segundo suas necessidades". As primeiras comunidades cristãs tentaram viver esse ideal, de maneira que "tudo era posto em comum" (cf. At 2, 42ss). Sem dúvida, o ponto de partida para uma sociedade justa será uma real e equitativa

distribuição da renda entre todos; uma igualização das possibilidades reais de cada cidadão viver uma vida plena, segundo o padrão que escolhe, sem carências ou desigualdades devido ao privilégio de outros, começando, é claro, com chances iguais de satisfação das necessidades básicas, humanas ou sociais para

cada um (como saúde, educação, moradia e trabalho). O acesso universal aos bens e direitos de toda a população é impossível de realizar-se - como está ocorrendo - abandonando-se o comando ou o poder de decisão final para a iniciativa "cega" do mercado, que inevitavelmente age de maneira oposta, pois privilegia alguns em

detrimento da grande maioria. Só uma autêntica autoridade, realmente pública, teria condições de viabilizar tal processo. O princípio do Estado de bem-estar deve ser defendido, um Estado disciplinado, democrático e popular, que seja capaz de romper com o clientelismo e favoritismos direcionados às classes privilegiadas; um Estado que rompa com as teias do grande capital que o privatizou, desde sua origem.

b) A PROPRIEDADE: Novas formas de propriedade são possíveis e estão emergindo: formas que desagregam as funções da rígida concentração de domínio na clássica empresa capitalista atual. Na China, por exemplo, propriedades populares como formas mistas de empresas coletivas vão emergindo (tanto agrárias como industriais), gerando novas propostas e contribuições criativas, alternativas para a atualidade: as chamadas empresas municipais e de aldeias, que impulsionam hoje o milagre chinês e que, basicamente, não são privadas nem estatais.

c) A DEMOCRACIA: A mesquinha e servil imitação da Constituição dos Estados Unidos, realizada durante o século XVIII, feitas pelos países Latino Americanos, tem sido historicamente uma das piores aquisições políticas, pois desprezou-se a realidade econômica, social, política e principalmente cultural dos povos locais. Ainda hoje, grande parte da "cultura" televisiva imposta aos telespectadores brasileiros é Norte Americana. Não é possível uma verdadeira democracia, sem se começar pela democratização e descentralização dos meios de comunicação de massa. Como pode haver democracia num país como o Brasil, onde praticamente sete famílias controlam todos os canais de Televisão? Em Santa Catarina, por exemplo, constata-se que 71% de todos os meios de comunicação de massa - principalmente rádios - estão nas mãos, diretamente, de dois partidos políticos de direita (PFL e PRN). Essas concessões foram realizadas essencialmente com fins eleitorais.

"Não é possível uma verdadeira democracia enquanto o sistema sócio econômico excluir parcelas da população dos meios necessários para a sobrevivência. A existência de

milhões ou bilhões de empobrecidos, é a negação radical da ordem democrática"¹⁹. "Para a instauração e manutenção da democracia não bastam eleições livres. É preciso ainda criar condições para que o povo se organize"²⁰.

d) ÉTICA, SOLIDARIEDADE E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: Nos últimos anos, vimos o surgimento de uma alternativa teórico-metodológica, um novo instrumental de compreensão da realidade na perspectiva teológica. Seu fundamento consiste no fortalecimento da perspectiva libertadora que a Igreja buscou ter, na sua opção pelos pobres, feita especialmente em Medellín e Puebla e, sem dúvida, respaldada pelos evangelhos (a começar pelas Bem-aventuranças), além da grande base referencial contida na história exodal. Não se pode esquecer da necessária crítica e autocritica, da história da Igreja e da teologia, que durante vários séculos esqueceu-se desta sua base originária de comunhão, missão e libertação, afirmando-se especialmente enquanto instituição, hierarquia e poder, onde a palavra de Deus servira apenas como fator de justificação ou legitimação de sua doutrina, seus dogmas e seu "fazer cotidiano" magisterial.

Nessa perspectiva a Igreja, sob o eixo Teologia e Economia, devidamente aprofundada por Hugo ASSMANN, Franz HINKELAMMERT, Julio DE SANTANA, Jung MO SUNG entre outros, tem-se utilizado de uma mediação sócio-analítica condizente com a ótica dos excluídos para a compreensão da realidade. Esta mediação, acentuada no marxismo, por sua vez possui importantes ramificações, como a Latino-americana, desenvolvida, entre outros, por Michael LÖWY e José Carlos MARIÁTEGUI, que normalmente concluem seus escritos afirmando que "em numerosos países da América Latina, a revolução será feita com a participação dos cristãos, ou não se fará..."²¹. Uma metodologia dialético-crítica é inevitável para se combater o messianismo do mercado, esse "Deus" forte, poderoso e fascinante, que a tantos seduz, seja por causa de seus dogmas, seja por causa de suas belas propostas transcendentais, seja pela sua astúcia, poder e aparente mansidão (Cf. Ap. 13, 11, onde aparece o disfarce da segunda Besta do Apocalipse, que "tinha dois chifres como o Cordeiro, mas falava como o Dragão..."). O neoliberalismo tornou-se um poderoso deus que, na prática, tem como critério de um lado devorar a classe trabalhadora, a começar pela grande massa de indefesos e empobrecidos; por outro lado, empenha-se em santificar, exaltar, vangloriar e tornar cada vez mais poderosos, o grande empresário nacional ou transnacional, que o planeja e controla a partir de seus grandes interesses, os quais se resumem, basicamente, no lucro ilimitado.

Como exemplo nesta questão cito aqui a 2ª **Semana Social Brasileira**, realizada em 1994, que reivindicou a necessidade de os valores éticos presidirem toda a política e a economia. "Só à luz da ética é possível perceber com clareza e rejeitar com indignação, a injustiça de um sistema que mantém na exclusão milhões de brasileiros, privando-os das condições mínimas de sobrevivência humana. Só à luz da ética somos capazes de superar as limitações de uma racionalidade econômica que se contenta em garantir o sucesso de planos sem olhar para aqueles que foram excluídos dos seus benefícios"²².

Uma crítica séria não pode ser simplista, situada apenas nos limites institucionais das religiões, pois estas normalmente se manifestam como reflexo ou representação simbólica de uma realidade concreta, mas sim deve ser feita à luz do autêntico **Projeto de Deus**. Este, na conjuntura atual, tem sido cada vez de forma mais drástica, “sequestrado” pela ideologia neoliberal, que o transformou em um forte instrumento ideológico e opióico em função dos interesses do grande capital, que possui uma lógica sacrificial-excludente dos pobres, sejam eles pessoas ou países. Na economia capitalista há um “Deus”, uma teologia e uma fé, há também grandes e eficazes meios para os propagar: “Todos precisam acreditar que a realidade atual é a única possível, é a melhor possível, é necessária, para que todos possam viver melhor na vida futura” (cf, ainda no c. 13 do Apocalipse, vv. 11-16, a função da “segunda Besta”, a “Besta da terra”, o “falso profeta”, que promove e sustenta ideologicamente o sistema!)... e assim por diante, vão sendo propagandeadas as falácias neoliberais.

“Contenta-se em garantir o sucesso de planos sem olhar para aqueles que foram excluídos dos seus benefícios”

A luta pelo Reino de Deus, é verdade, transcende o espaço ou o tempo histórico. Mas nossa práxis se dá na história, e é aqui que o verdadeiro Reino de Deus - mesmo “não sendo daqui”, cf Jo 19,36 - deve ir sendo implantado, como um processo permanentemente

libertador, cristão e revolucionário, onde a mentira, a falsidade e a fria mecanicidade do viver cotidiano são vencidas e, em seu lugar, é afirmada a verdade, a transparência, a autenticidade, a alegria, o entusiasmo, o prazer no fazer transformador do cotidiano. “Revolucionários tristes, só podem fazer tristes revoluções”²³. O “criativiver” e a “fraternura” são aquisições imprescindíveis, tesouros onde deverá estar o nosso coração. Pois só assim poderemos somar em favor do Deus da Vida, da vida em abundância (Jo 10,10) para todos.

LIVROS DOS NOSSOS PROFESSORES

- Do Pe. Dr. MÁRCIO BOLDA DA SILVA, nosso Professor de Teologia Moral e Professor de Filosofia na FEB, em Brusque: *“Rosto e Alteridade: - pressupostos da Ética Comunitária”* ed. Paulus, SP, 1995, 96 pp. - O livro quer ajudar a compreender os sentidos dos termos “ética” e “moral”, partindo destas questões: o que é realmente “ética”? o que é concretamente agir com eticidade? quais os critérios que identificam a ação moral? O livro quer também despertar a atenção para a importância e o valor da ética comunitária, cujo pressuposto e critério básico, segundo a intuição de E. Lévinas, é o “rostro” do outro.
- Do Pe. Dr. VITOR GALDINO FELLER, nosso professor de Teologia Sistemática: *A revelação de Deus a partir dos Excluídos*, ed. Paulus, SP, 1995, 125 pp. - O livro objetiva trazer ao grande público as conquistas da teologia libertadora da Revelação, acentuando a realidade dos Excluídos como lugar próprio da revelação de Deus. Para isso apresenta a vida, morte e ressurreição dos Excluídos como chave de ligação entre o momento fundante e o momento interpretativo, entre a Palavra de Deus e a vida do povo. Assim pretende colaborar teologicamente com a ação desencadeada pela Igreja, em sua opção pelos pobres, para que haja efetiva conversão ao Deus dos Excluídos no encontro e na solidariedade com eles.

NOTAS

- ¹ Cf Dorothee SOELE, *Die laestige Frage nach dem haesslichen Zustand der Welt*, in “Junge Kirche” 54(5), 267-9, maio/93.
- ² RANGEL, R., *O capitalismo e a nova ordem - Um ensaio de interpretação*, Edit. do Autor, RJ, 1992, p. 69
- ³ ASSMANN, H., *Desafios e Falácias*, Ed. Paulinas, SP, 1991, p. 26 e 70
- ⁴ HINKELAMMERT, F., *La crisis del Socialismo y el Tercer Mundo*, DEI, Costa Rica, n. 30, p. 1-6
- ⁵ Cf Jornal *Em Tempo*, n. 282, junho 1995, p. 16
- ⁶ Id., *ibid.*
- ⁷ ASSMANN, H., *op. cit.*, p. 106
- ⁸ Cf ASSMANN, H., *Crítica à lógica da exclusão*, Paulus, SP, p. 105
- ⁹ P. BIZ, O., in *Mundo Jovem*, n. 265, outubro 1995, p. 17
- ¹⁰ ASSMANN, H., *op. cit.*, p. 105
- ¹¹ MO SUNG, J., in *Sem Fronteiras*, n. 234, novembro 1995, p. 36
- ¹² Cf Jornal *Atenção*, outubro 1995, ed. de lançamento
- ¹³ Cf CEPIS, Doc. n. 3, *Estratégia do Imperialismo Norteamericano para a América Latina, Santa Fé II*
- ¹⁴ HINKELAMMERT, F., *op. cit.*, p. 146
- ¹⁵ ASSMANN, H., *op. cit.*, p. 42
- ¹⁶ BUARQUE, C., *O colapso da Modernidade Brasileira*, Paz e Terra, SP, 1992, capa
- ¹⁷ Setor de Pastoral Social - CNBB, *Urgência de prioridades sociais para superar a exclusão social*, 1o. de maio de 1995, p. 4-5
- ¹⁸ Fonte Banco Mundial, relatório sobre a distribuição da renda, 1995
- ¹⁹ ASSMANN, H., *op. cit.*, p. 42
- ²⁰ Conselho Permanente da CNBB, *Reflexão cristã sobre a conjuntura política*, 29-10-94, n. 23
- ²¹ LÖWY, M., *Marxismo e Teologia da Libertação*, Cortez, SP, 1991, p. 113
- ²² Setor Pastoral Social da CNBB, *Urgência de prioridades sociais para superar a exclusão social*, 1o. de maio de 1995, p. 4
- ²³ ASSMANN, H., *op. cit.*, p. 130

Endereço do Autor:

Seminário Teológico de Caçador
Cx. postal 5041
88040-970 - FLORIANÓPOLIS - SC